

Sumário

Número de notícias: 18 | Número de veículos: 11

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo vai propor em consulta pública IOF de 3,5% sobre ativos virtuais.....3

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Liminar afasta limitações do TCU em transação tributária..... 4

O ESTADO DE S. PAULO - COLUNA DO ESTADÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Motta enterra possibilidade de instalar CPI do Master na Câmara dos Deputados - COLUNA DO ESTADÃO.....6

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
SEGURIDADE SOCIAL

A indecente fila do INSS.....7

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Dirigentes da Amprev ignoraram alertas sobre aportes no Master.....8

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Previdência tem alívio, mas reforma segue no radar..... 10

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Relação entre contribuinte e benefícios se deteriora..... 13

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL

Ranking de corrupção mantém Brasil em sua pior posição, e ONG cita caso Master e emendas (corrupção)..... 15

G1 - NACIONAL
SEGURIDADE SOCIAL

Como dinheiro do contribuinte pode acabar sendo usado para cobrir parte do rombo bilionário do Banco Master..... 17

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

BB Seguridade tem lucro 5% maior no 4 tri, de R\$ 2,3 bilhões.....21

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Câmara inicia tramitação da PEC 6x1 em disputa por protagonismo.....22

VALOR ECONÔMICO - SP - VALOR INVESTE
ECONOMIA

Rali das bolsas globais vai se ampliar, diz UBS Wealth..... 24

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

"É preciso normalizar os ajustes na previdência".....26

Terça-Feira, 10 de Fevereiro de 2026

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Galípolo: regras não impedem CDB maior 28

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Acordo será analisado e deve ir a plenário após o Carnaval 30

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Argentina dá um ultimato ao Mercosul com acordo com EUA (Editorial) 31

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Takaichi cortará impostos sobre alimentos após vitória eleitoral 33

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Argentina abre economia, a inflação cai e o PIB sobe, mas a indústria paga caro 34

Governo vai propor em consulta pública IOF de 3,5% sobre ativos virtuais

Jéssica Sant"Ana

O governo federal vai propor uma alíquota de 3,5% de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para as operações de compra de ativos virtuais, de acordo com minuta de decreto obtida pelo Valor. Atualmente, essas operações não pagam IOF. Haverá uma isenção da taxa para compras feitas por pessoa física no valor de até R\$ 10 mil mensais.

A proposta será colocada em consulta pública - ou seja, os termos podem mudar até a medida virar um decreto de fato e for adotada. Não há data definida para isso, mas a intenção da equipe econômica é que a medida entre em vigor ainda neste ano.

A **Receita Federal**, autora da proposta, avalia que a alíquota de 3,5% confere "neutralidade fiscal ao sistema atual", pois outras operações financeiras já são taxadas a essa alíquota, como compra de moedas estrangeiras e remessas ao exterior.

"Atualmente, a disparidade de alíquotas entre remessas convencionais e operações via ativos virtuais cria espaço para arbitragem tributária. Assim, a concorrência no sistema financeiro resta prejudicada", diz a Receita na exposição de motivos da minuta de decreto.

O órgão diz ainda que a proposta está alinhada com a decisão do Banco Central (BC), que definiu em novembro do ano passado que transações com ativos virtuais são classificadas como operação de câmbio. Foi essa decisão, que entra em vigor neste mês de fevereiro, que abriu caminho para o governo fundamentar sua proposta de taxar com IOF os criptoativos.

"Tal integração normativa entre o Fisco e a autoridade monetária assegura um ambiente regulatório coerente, reconhece a natureza financeira dessas operações bem como seu expressivo volume", diz.

O Fisco cita ainda o crescimento das negociações com criptoativos para justificar a taxação. O total declarado de criptoativos no Brasil subiu de R\$ 94,9 bilhões em 2020 para R\$ 415,8 bilhões em 2024, crescimento de 438%.

"Percebe-se que os criptoativos são ativos com

volume financeiro relevante movimentado doméstica e externamente. Eles terem condições tributárias diferentes dos demais ativos pode gerar arbitragem", argumenta a Receita.

Apesar de a medida ter potencial arrecadatório, o governo argumenta que a taxação tem fins regulatórios, ou seja, busca equilibrar as regras de taxação dos ativos financeiros. Como o IOF é um imposto regulatório, ele não pode ser usado com fim único de aumentar a arrecadação federal. Contudo, no ano passado, o governo elevou o IOF sobre diversas operações, com o objetivo de aumentar a arrecadação, o que gerou uma crise que envolveu os Três Poderes e alguns recuos da equipe econômica.

A proposta de decreto que será colocada em consulta pública também vai prevê que operações com ativos virtuais por fundos de investimento no exterior também sejam taxadas em 3,5%.

A Receita avalia que não há bitributação dos contribuintes na incidência de IOF na troca de titularidade de ativos virtuais. Esse é um dos pontos que devem ser questionados por agentes econômicos na consulta pública.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/>

Liminar afasta limitações do TCU em transação tributária

Marcela Villar

Uma decisão afastou recentes limitações impostas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) a uma transação tributária com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). A liminar permite que uma empresa use prejuízo fiscal para quitar até 70% da dívida, como previsto na Lei de Transações (nº 13.988/2020). O entendimento derruba a trava do TCU, de que o crédito não poderia ultrapassar 35% do passivo.

Com a decisão, a companhia pode usar até R\$ 65,6 milhões de prejuízo na negociação, o que representa quase um terço da dívida de R\$ 177 milhões em **tributos**. Prejuízo fiscal é um crédito gerado para a companhia quando ela não apura lucro em determinado ano. Esse estoque pode ser usado como moeda para pagar **tributos** ou quitar dívidas com a **Receita Federal** ou a PGFN.

A decisão beneficia a Vargem Grande Participações S.A, do Grupo CMZ, dono da marca de sorvete Creme Mel, de Goiânia, em recuperação judicial até agosto de 2023 com dívidas de R\$ 88,8 milhões. Na sentença de encerramento da reestruturação, o juiz não exigiu que a dívida fiscal fosse equalizada, apesar de a jurisprudência predominante determinar o contrário.

Embora esse processo já estivesse encerrado há dois anos e meio, a empresa disse à PGFN ao pedir a transação e ao Judiciário ao pleitear a liminar que estava em recuperação judicial. Nessa condição, ela poderia ter o desconto máximo de 70% na transação - em vez de 65%.

Ao Valor, a defesa da Vargem Participações disse que o pedido pode ser feito "por empresas que estão ou não em recuperação judicial, pois a autorização legal para utilização do prejuízo fiscal é a mesma para ambas". "Por esse motivo, a decisão liminar pode ser aplicada indistintamente a ambos os casos", afirmou a advogada Bárbara Pommê Gama, sócia da Amber Tax Partners.

Ela disse que "todos os documentos sobre a recuperação judicial foram devidamente apresentados à PGFN no curso do pedido de transação e que a empresa permanece cumprindo o plano de recuperação judicial pelos próximos anos".

O TCU impôs limitações às transações tributárias após uma auditoria concluir, em novembro, que havia fragilidades nessa política de negociação de débitos feita pela PGFN. Para o tribunal administrativo, a trava global deve ser de, no máximo, 65% e não é permitido atingir o valor principal devido.

Pela regra antiga, poderia se reduzir o total da dívida em até 91%, no caso de empresas em reestruturação, segundo especialistas. Isso porque a PGFN permitia que, depois de aplicado o desconto sobre multa e juros, a empresa pudesse usar o prejuízo e base negativa de CSLL sobre o restante até o limite de 70%.

Após o acórdão do TCU, a PGFN disse que as novas regras se aplicariam a novos acordos e não aos que estivessem em conclusão ou já firmados. No caso analisado pela Justiça de Goiás, as negociações já haviam se iniciado e "caminhavam bem", até então.

Depois disso, a PGFN afirmou à empresa que seria "impossível" usar o prejuízo fiscal e base de cálculo de CSLL para amortizar o saldo residual, após aplicação dos descontos máximos. Isso levou a companhia a buscar o Judiciário "para que seu pedido de transação tributária seja analisado com base apenas na legislação vigente". O pedido foi deferido pelo juiz Rafael Branquinho, da 1ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de Goiás (SJGO).

Para Branquinho, a decisão do TCU "estabeleceu limitação não prevista no texto legal" (processo nº 1079273-45.2025.4.01.3500). Ele lembrou que a jurisprudência reconhece que "o prejuízo fiscal e a base de cálculo negativa da CSLL não constituem benefício fiscal, mas sim direito patrimonial incorporado ao contribuinte" (RE 591.340 e RE 574.706). Os créditos, acrescentou, tampouco configuram "renúncia de receita ou impacto orçamentário futuro".

Para Andréa Mascitto, sócia do Pinheiro Neto Advogados, a liminar é positiva, pois as transações têm permitido a equalização de dívidas e aumentado a arrecadação da União de créditos considerados irrecuperáveis. "O Legislativo disse, claramente, na Lei Complementar nº 174, de 2020, que a transação tributária não é uma renúncia", diz.

De acordo com Andréa, o uso do prejuízo fiscal e base negativa de CSLL nas transações passou a ser possível a partir de 2022, com a Lei nº 14.375. Por isso, na visão dela, não há motivo para o TCU vedar o uso. "O Executivo está questionando um ato ter sido bem-sucedido dentro daquele Poder, mas, na minha visão, com uma leitura um pouco distorcida da legislação e da estrita legalidade", afirma.

Contribuintes na mesma situação devem começar a judicializar o tema. "Acho ruim, porque sempre que falamos de métodos alternativos de solução de controvérsias é para se chegar a um acordo e tirar o Judiciário, tão sobrecarregado, da jogada", diz.

O advogado Luan Moreira, do SouzaOkawa, afirma que a decisão "reafirma a necessidade de se observar o princípio da legalidade na celebração da transação tributária, ao reconhecer que o acórdão do TCU não possui força normativa para restringir direitos expressamente previstos em lei". "A Lei nº 13.988/2020 autoriza, de forma inequívoca, a utilização de prejuízo fiscal", diz.

Em nota, a PGFN afirma que monitora o processo "para garantir a segurança jurídica e a observância das diretrizes do TCU", onde já entrou com recurso e aguarda o julgamento. "A atuação do órgão baseia-se em fundamentos técnicos e mantém a linha argumentativa de que o modelo adotado está alinhado às diretrizes que buscam viabilizar a regularização fiscal de forma sustentável para as empresas e para a arrecadação da União", diz.

O TCU afirma, também por nota, que "se manifesta por meio de seus acórdãos" e que não há previsão para julgamento do recurso da PGFN no caso.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/>

Motta enterra possibilidade de instalar CPI do Master na Câmara dos Deputados - COLUNA DO ESTADÃO

ROSEANN KENNEDY COM EDUARDO GAYER E AUGU

10 fev. 2026

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), enterrou a possibilidade de abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigue o banco Master na Casa. Ele disse ontem que seguirá a ordem cronológica dos 16 pedidos que aguardam apreciação dos deputados. Na prática, isso inviabiliza a abertura da CPI sobre o banco de Daniel Vorcaro, protocolada pelo deputado Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) na semana passada. "A Câmara tem seu regimento, temos 16 CPIs protocoladas, temos que obedecer a ordem cronológica para poder decidir sobre instalação ou não dessas comissões parlamentares de inquérito", afirmou Motta, lembrando ainda que, em 2025, ele decidiu "não instalar nenhuma". MOTIVAÇÃO. O critério para apreciar requerimentos de aberturas de CPIs é político, o que significa que, a depender do clima no Parlamento, Motta pode mudar de ideia. Hoje, no entanto, a fala do presidente da Câmara reflete o humor dos deputados, que não querem a instalação da CPI em ano eleitoral.

FILA. Entre os pedidos que aguardam na fila estão requerimentos feitos desde agosto de 2023, como o que pede a apuração de casos de irregularidades de empresas de vendas de passagens aéreas promocionais; um requerimento de março de 2024, que solicita a investigação de denúncias de exploração sexual infantil na Ilha do Marajó, no Pará.

TEM MAIS. Há ainda pedidos de instalação de CPI para investigar o aumento do uso de crack no Brasil, denúncias de estupro contra mulheres no País, sobre sindicatos envolvidos em fraudes do **INSS**, entre outros. APURE-SE. A deputada federal Júlia Zanatta (PL-SC) acionou a Comissão de Ética da Presidência da República contra Ricardo Lewandowski, ex-ministro da Justiça e Segurança Pública no governo Lula e ex-presidente do STF. Zanatta pediu que o colegiado investigue o envolvimento de Lewandowski no caso Master. Procurado, ele não respondeu.

CONTRATO. O escritório da família de Lewandowski foi contratado pelo Banco Master de 2023 a agosto de

2025. A empresa recebeu R\$ 5 milhões para prestação de consultoria jurídica, sendo que o contrato ainda estaria em vigor quando ele já era ministro.

DESAFOGA. A decisão da Anvisa de ampliar o acesso à cannabis para fins medicinais no País deve diminuir a judicialização do tema por farmácias de manipulação, que agora poderão atuar nesse mercado. Há cerca de 9 mil estabelecimentos desse tipo no Brasil. ACORDO. O STF julgará amanhã se o Tribunal de Contas da União (TCU) tem poder para mediar conflitos extrajudiciais. O partido Novo alegou que o TCU extrapolou funções ao criar uma secretaria de consensos. A Advocacia Geral da União e a Procuradoria Geral da República pediram ontem que o Supremo rejeite a ação.

CIFRAS. As empresas EcoRodovias, Hidrovias do Brasil, Motiva, Rumo, Santos Brasil e Ultracargo, associadas ao Movimento da Infraestrutura (MoveInfra), dizem que a secretaria do TCU ajudou a destravar R\$ 20 bilhões em investimentos desde 2022.

Edinho Silva

Presidente do PT

"Há uma grande mudança no mundo do trabalho. Temos de adaptar a legislação. Nenhuma lei é intocável, nenhuma situação nova está acima da regulamentação."

José Roberto Arruda

Ex-governador do Distrito Federal

Durante evento ao lado do governador de Goiás, Ronaldo Caiado, colega de partido que manifestou apoio à sua pré-candidatura ao governo do Distrito Federal.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

A indecente fila do INSS

Quando ainda era candidato ao terceiro mandato presidencial que exerce agora, o petista Luiz Inácio Lula da Silva prometeu zerar a fila do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). Em vez disso, porém, produziu-se um recorde infame: o número de requerimentos à espera de análise pelo instituto superou os 3 milhões pela primeira vez em quase duas décadas.

Ao longo da atual gestão petista, a fila de espera do **INSS** já ultrapassou, mais de uma vez, o pico de 2,03 milhões registrado em janeiro de 2020, no início do governo de Jair Bolsonaro.

Apesar do crescimento exponencial da fila do **INSS** sob Lula, a verdade é que o problema atravessa diversos governos sem ser equacionado. Para piorar, a crescente judicialização dos pedidos de Benefício de Prestação Continuada (BPC) não apenas amplia a espera como pressiona ainda mais as já combalidas contas públicas.

O BPC é um benefício assistencial que garante um salário mínimo mensal a pessoas carentes com mais de 65 anos, bem como a pessoas com deficiência de qualquer idade. No período de três anos até abril de 2025, as concessões de BPC determinadas por decisões judiciais saltaram 60%, enquanto o ritmo de crescimento pela via tradicional perdeu força e teve um crescimento de 28,9%, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

A judicialização provoca um efeito cascata. À medida que mais benefícios como o BPC são concedidos por força de decisão judicial, mais requerimentos desse tipo são feitos, aumentando o tempo de espera, o que, por sua vez, também incentiva mais pedidos judiciais. Trata-se de um círculo vicioso, que amplia a fila do **INSS** e que tem forte impacto fiscal.

De acordo com um recente estudo do Insper, boa parte das derrotas da União na Justiça, que custaram 2,5% do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2024, resulta de casos envolvendo benefícios previdenciários e assistenciais. Especialistas ressaltam que a flexibilização dos critérios de concessão do BPC contribui para o congestionamento de pedidos no **INSS**. Critérios mais frouxos são explorados por escritórios de advocacia especializados em encontrar brechas para oferecer aos clientes auxílio na busca por benefícios previdenciários.

Do lado do governo, as ações adotadas até agora para

tentar resolver o problema têm se provado ineficazes. No início do mês passado, o **INSS** publicou uma portaria retomando a concessão de bônus em dinheiro para o Programa de Gerenciamento de Benefício (PGB), iniciativa criada para acelerar a análise dos requerimentos de auxílio. Anteriormente, em outubro, o programa havia sido suspenso por falta de recursos, ou seja, o governo que prometeu zerar a fila do **INSS** congelou, ainda que temporariamente, o custeio da máquina pública que administra a fila de pedidos de aposentadoria.

Além da concessão de bônus aos servidores do **INSS** envolvidos na análise de pedidos de benefícios, o governo também "nacionalizou" a fila, isto é, servidores da Região Sul, de São Paulo e de outros lugares em que a fila é menor passarão a atuar nos processos em que há maior espera. A diferença é grande. Segundo o presidente do **INSS**, Gilberto Waller Júnior, a fila no Sul e em São Paulo não passa de 45 dias, que é o prazo máximo legal para a análise dos requerimentos. "Já na Região Nordeste, está em 188 dias", afirmou Waller Júnior.

Talvez por pressão do calendário eleitoral, o governo também promove mutirões de atendimento em diversos Estados do País. Agências do **INSS** estiveram abertas no final de semana passado numa tentativa de desafogar a fila.

De acordo com o governo, mais de 10 mil vagas para atendimento foram liberadas nos dias 7 e 8 de fevereiro, a maior delas do Nordeste.

A diminuição significativa do indecente tempo de espera de cidadãos por benefícios do **INSS**, contudo, exige bem mais que ações pontuais postas em prática em ano de eleições majoritárias no País. Sem regras estáveis para a concessão de benefícios, sem contingente adequado de funcionários e sem serviços digitais que funcionem regularmente, a fila não vai andar.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Dirigentes da Amprev ignoraram alertas sobre aportes no Master

Marcela Villar e Lais Godinho De São Paulo

O presidente e dois membros do Comitê de Investimentos (CIAP) do Amapá Previdência (Amprev) ignoraram alertas técnicos sobre o risco de investir R\$ 400 milhões em letras financeiras do Banco Master e insistiram na aplicação, segundo investigação da Polícia Federal (PF) no Amapá, que apura possíveis irregularidades. O conselheiro José Milton Afonso Gonçalves teria tido papel decisivo, pois teria partido dele a ideia do investimento nas reuniões do CIAP. As informações foram publicadas pela colunista Malu Gaspar, de O Globo.

De acordo com a representação da PF, assinada pelo delegado Lucas Palmeira Marcolini Mattos, Gonçalves teria insistido nos aportes mesmo após ter sido alertado por outros conselheiros e instituições financeiras que havia superado restrições regulamentares do Banco Central (BC) e que havia risco em manter 40% da carteira líquida em único emissor. Ele também ignorou alternativas de investir em outros bancos, como BTG, Santander e Safra, e insistiu no Master pelo retorno financeiro.

Já o presidente da Amprev, Jocildo Silva Lemos, teria relativizado questionamentos técnicos, além de ter conduzido o processo decisório "de forma incompatível com os padrões de governança exigidos para a gestão de recursos previdenciários". O terceiro integrante do CIAP, Jackson Rubens de Oliveira, teria se mantido silente nas reuniões, sem pedir documentação complementar, votando favoravelmente às aplicações, o que poderia caracterizar "participação em gestão temerária dos recursos do RPPS [Regimes Próprios de **Previdência Social**] estadual".

Jackson já foi candidato a deputado estadual em 2018 pelo Partido Pátria Livre (PPL), mas não foi eleito.

Junto, o trio da Amprev teria permitido a aplicação de R\$ 400 milhões em letras financeiras (LF) do Master, posteriormente migrando parte dos recursos para Letras Financeiras do Banco de Brasília (BRB). Os aportes ocorreram "em contexto marcado por alertas técnicos, fragilidades de governança, ausência de diligências robustas e crescente concentração de risco", de acordo com a PF.

A investigação é parte da Operação Zona Cinzenta,

deflagrada pela PF do Amapá na semana passada, quando foram cumpridos quatro mandados de busca e apreensão - na casa dos três dirigentes e também na sede da Amprev, onde foram apreendidos computadores e celulares.

De acordo com a PF, as reuniões da CIAP que aprovaram os aportes no Master ocorreram em 12, 19 e 30 de junho de 2024. No primeiro encontro, foi aprovado o investimento de R\$ 200 milhões em LF sênior com prazo de 10 anos e remuneração de IPCA + 8,35% ao ano. Nas outras duas reuniões, aprovaram o aporte de R\$ 100 milhões em cada, nas mesmas condições.

No encontro, conselheiros ponderaram sobre a concentração de recursos no Master, além da negativa da Caixa em adquirir títulos da instituição e à existência de notícias sobre procedimentos em órgãos de controle, inclusive no Tribunal de Contas da União (TCU) e Ministério Público Federal (MPF).

Segundo a PF, Gonçalves "manteve postura ativa na sustentação das aplicações, inclusive quando já havia ciência da superação dos limites prudenciais estabelecidos pela Resolução CMN no 4.963/2021 e da existência de restrições e alertas provenientes de órgãos de controle e de outras instituições financeiras".

O diretor-presidente Jocildo também era coordenador do Comitê de Investimentos na época, o que, para a PF, deu-lhe "papel central tanto na condução das reuniões deliberativas quanto na execução operacional das decisões aprovadas". Ele "orientou os encaminhamentos das votações e, após as deliberações, foi responsável pela implementação prática das aplicações financeiras", diz a PF.

Os mandados de busca e apreensão foram solicitados para verificar se os registros dos atos no CIAP tiveram tratativas informais, alinhamentos prévios e trocas de informações não institucionalizadas. A operação foi deferida pelo juiz Jucelio Fleury Neto, da 4 Vara Federal Criminal do Amapá.

Na visão do magistrado, há possibilidade do cometimento de crimes contra o Sistema Financeiro e prejuízo potencial a bens e interesses da União. Os documentos apresentados "revelam uma dinâmica

delitiva estruturada e sequencial, na qual cada investigado teria desempenhado função específica para viabilizar o aporte temerário de quatrocentos milhões de reais em ativos do Banco Master, em um interregno inferior a vinte dias".

De acordo com informações do Ministério da **Previdência Social** divulgadas em novembro, os RPPS de 18 Estados e municípios tinham ao menos R\$ 1,9 bilhão nesses títulos do Master. Os dados consideram aportes feitos entre outubro de 2023 e dezembro de 2024.

O fundo que aplicou o maior volume - R\$ 970 milhões - foi o Rioprevidência, alvo de operação da PF em 23 de janeiro. O ex-presidente da entidade Deivis Marcon Antunes foi preso no dia 3. Em segundo lugar, aparece a Amprev.

Em nota, o BRB diz que não participou da negociação e não tomou ciência da compra de LF pela Amprev. "O BRB informa que não emitiu os papéis citados pela reportagem diretamente para a Amprev. A compra pela Amprev ocorreu no mercado secundário, ou seja, foi adquirida de outro agente que detinha os títulos anteriormente."

Procurada pelo Valor, a Amprev não respondeu. Em nota publicada em seu site, a entidade diz que "se sente lesada" pelo Banco Master e que não abre mão des ser ressarcida. "Por isso, já ingressou com todas as medidas judiciais cabíveis, conseguindo, inclusive, o bloqueio de pagamentos ao banco. A instituição espera que a Justiça seja feita e que os contraventores do Banco Master sejam punidos."

Site: <https://valor.globo.com/impresso/>

Previdência tem alívio, mas reforma segue no radar

Edna Simão e Jéssica Sant'Ana

Em dez anos, o déficit da previdência dos trabalhadores da iniciativa privada, **servidores públicos** federais e militares (pensionistas e inativos) saltou de 2,64% do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2015 para 3,42% do **PIB** em 2025. Ou seja, o rombo passou de R\$ 271,7 bilhões para R\$ 442 bilhões, uma alta real de 62,66%. Os dados, corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de dezembro, fazem parte de levantamento feito pelo Tesouro Nacional a pedido do Valor.

O pico do déficit foi atingido em julho de 2020, quando atingiu 5,59% do **PIB** ou R\$ 580,632 bilhões. Era o auge da pandemia de covid-19, que derrubou as contribuições à Previdência. A partir daí, devido aos efeitos da reforma da Previdência, promulgada em novembro de 2019, o rombo passou a desacelerar e apresentou acomodação em 2024 e 2025. Essa estagnação, no entanto, é considerada momentânea já que as despesas continuam crescendo de forma acelerada e as receitas tendem a reduzir o ritmo de aumento devido à expectativa de desaquecimento do mercado de trabalho.

Diante deste cenário, não só técnicos do governo como também economistas acreditam que uma nova reforma da **Previdência Social** deverá ser feita até 2030. "Não acho inevitável [ajustes nas regras de aposentadoria] em 2027, mas provavelmente necessária até 2030", disse uma fonte da área econômica. "Por um lado, temos conseguido manter relativamente estável [déficit da Previdência] em função do crescimento econômico e do mercado formal e do fim gradual da desoneração, mas ainda há distorções setoriais com os militares que possuem o maior déficit de todos os regimes", disse.

Para economistas, é indiscutível o impacto positivo da reforma, mas os dados confirmam que os ajustes de 2019 foram insuficientes e, portanto, uma nova reforma será necessária no curto prazo para conter a alta das despesas.

A escalada do déficit nos últimos anos é reflexo da mudança demográfica - brasileiros vivendo mais e tendo menos filhos - assim como do mercado de trabalho e regras diferenciadas de aposentadoria. Em entrevista ao jornal O Globo publicada nesta segunda-

feira, o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, afirmou que "é preciso normalizar ajustes da Previdência, porque ela tem que acompanhar o aumento da expectativa de vida, que é algo saudável".

O especialista em políticas públicas e gestão governamental na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Rogério Nagamine, ressaltou que "essa suposta estabilidade" no déficit esconde um comportamento insustentável da despesa".

No ano passado, o déficit com o pagamento de aposentadorias e pensões de trabalhadores da iniciativa privada (Regime Geral de **Previdência Social** - RGPS), **servidores públicos** federais (Regime Próprio de **Previdência Social** - RPPS) e militares (pensionistas e inativos) representou 3,42% do **PIB** ou R\$ 442 bilhões. O grosso desse resultado está concentrado no RGPS, com déficit de 2,49% do **PIB** ou R\$ 322 bilhões. O RPPS civil ficou no vermelho em 0,52% do **PIB** (R\$ 66,6 bilhões) e os militares em 0,41% do **PIB** (R\$ 53,3 bilhões). Apesar de ser o menor em números absolutos, o déficit dos militares é o maior por contribuinte.

No caso do RGPS, que é responsável pelo pagamento de quase 30 milhões de benefícios previdenciários, a despesa ultrapassou a marca de um trilhão no ano passado, consumindo 8,1% do **PIB**. Somente de 2024 para 2025, a expansão real foi de 4,1%. Segundo o pesquisador do Ipea, mesmo com a reforma de 2019, o gasto deve subir de forma mais acelerada em percentuais do **PIB** a partir de 2030.

"O ritmo de crescimento da despesa do RGPS no ano de 2025 significa dobrar o gasto em termos reais a cada 17 anos, bem acima do teto de crescimento de gasto real de 2,5% anuais. A gente continua com crescimento do gasto que não é sustentável a médio e longo prazo e que está acima do crescimento real do **PIB** também", disse Nagamine. "Seria importante começar a debater uma nova reforma a partir de 2027", acrescentou ainda.

O déficit do RGPS também ficou mais comportado devido ao aumento real de 5,4% das receitas previdenciárias de 2024 para 2025. A expectativa é que esse nível não se sustente ao longo do tempo, pois o país já está próximo do pleno emprego e o

mercado de trabalho dá sinais de desaceleração.

O consultor da Câmara dos Deputados Leonardo Rolim acrescentou que o comportamento do déficit no ano passado também foi influenciado pelo represamento da fila de liberação do benefício - que chegou a 3 milhões de pedidos em dezembro. "Considerando que em torno de 55% a 60% dos requerimentos são concedidos, você apenas adiou a concessão, a despesa não vai deixar de ocorrer e você ainda vai pagar retroativa à data do requerimento", disse. Ele calcula que pelo menos 1 milhão de novos benefícios estão represados na fila, aguardando serem concedidos. "Ou seja, você deixou de pagar benefícios da ordem de mais de 1 milhão, o que faria com que o déficit fosse ainda maior", completou.

Para o economista-chefe da Warren Rena, Felipe Salto, os dados da execução orçamentária do Tesouro têm apontado pressão contínua da Previdência. Para ele, a reforma melhorou o quadro geral, mas as regras precisarão voltar a ser debatidas, no curto prazo, incluindo-se a questão do déficit previdenciário dos militares e as regras de indexação de parte das aposentadorias do regime geral à evolução do salário mínimo. Na visão dele, a regra do mínimo deveria ser apartada das de correção das aposentadorias, porque salário mínimo é tema de política de mercado de trabalho. "A mistura dos dois temas é um erro e produz efeitos fiscais explosivos sobre a dinâmica das contas públicas."

O diretor-presidente do Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social (Imds), Paulo Tafner, ressaltou que a despesa previdenciária no Brasil é alta para uma população que ainda está envelhecendo. "Quando olhamos a trajetória [despesa] daqui para frente, ela é assustadora", frisou.

Ele defendeu a adoção de um regime de capitalização da Previdência, diante do fato de que o de repartição (em que o funcionário ativo financia o benefício do inativo) já não se sustenta num cenário em que as pessoas têm menos filhos, vivem mais e nem sempre trabalham com carteira assinada.

"A população vai ter que escolher como vai enfrentar a questão da Previdência. Se quer fazer mudanças ou postergar", afirmou. Sem ajustes, em 2030 o país terá que fazer uma reforma com corte de benefícios devido à falta de recursos para efetuar pagamentos, disse.

O economista-chefe da ARX Investimentos, Gabriel Leal de Barros, disse que o impulso fiscal dado pelo governo desde 2023 com a PEC da Transição, que adicionou cerca de R\$ 170 bilhões de gasto ao Orçamento, seguido de pouco mais de R\$ 90 bilhões

de gasto com precatórios em 2024, ajudou a manter o crescimento econômico e a arrecadação elevados. Esses dois pontos ajudaram a estabilizar o déficit previdenciário.

Segundo ele, além da demografia, a regra do salário mínimo atual traz pressão adicional em razão da elevada vinculação. "O descontrole no BPC [Benefício de Prestação Continuada] e fraudes excessivas são um "plus a mais" nessa equação. Tudo aponta para deterioração das contas previdenciárias e não vamos escapar de nova reforma, tanto da Previdência quanto do BPC."

No caso do RPPS, que agrega os servidores e o militares (pensionista e inativos), o déficit foi de 0,93% do **PIB** (R\$ 120 bilhões) no ano passado. Desde total, o regime dos **servidores públicos** federais respondeu por 0,52% do **PIB** (R\$ 66,6 bilhões). Assim como no RGPS, o déficit recuou com a aprovação da reforma da Previdência que equiparou regras de regimes público e privado.

No caso dos militares, a estagnação do rombo - que fechou o ano passado em 0,41% do **PIB** (R\$ 53,3 bilhões) - ocorreu devido à aprovação da Lei no 13.954/2019, que tratou da reestruturação da carreira militar e estabeleceu não só a cobrança de contribuição previdenciária das pensionistas, alunos de escolas de formação e de cabos e soldados, como também elevou, de forma gradual, a alíquota de 7,5% para 10,5%. A ampliação da base de cálculo, com a inclusão de adicionais anteriormente isentos, contribuiu para um expressivo crescimento das receitas.

No fim de 2024, o governo federal encaminhou um outro projeto para tratar do Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas (SPSMFA) ou "previdência dos militares". O projeto 4.920/2024 prevê a fixação de idade mínima de 55 anos para a aposentadoria de militares. Atualmente, não há idade mínima. Os militares passam para a reserva após 35 anos de serviço. Se o projeto for aprovado, a nova regra entrará em vigor em janeiro de 2032, com uma fase de transição até lá. Por enquanto, esse projeto ainda depende de despacho do presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB).

Procurado o Ministério da Defesa informou que, considerando estimativas prospectivas para os próximos 75 anos, há a indicação de que as reformas anteriores do SPSMFA estão tendo como efeito a redução da proporção de recursos do Produto Interno Bruto (**PIB**) alocados nas despesas com militares veteranos e pensionistas de militares, segundo anexo do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) para 2026, que trata de avaliação atuarial do sistema

de pensões militares das forças. "As projeções atuariais constantes do PLDO 2026 indicam que o percentual em relação ao **PIB** reduzirá ao longo dos anos", disse. O Ministério da **Previdência Social** preferiu não se manifestar.

Site: <https://valor.globo.com/impresso/>

Relação entre contribuinte e benefícios se deteriora

Jéssica Sant"Ana

A relação de contribuintes por benefício pago pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) continua se deteriorando e deve piorar ainda mais ao longo das próximas décadas, caso não seja feita uma reforma estrutural do nosso regime previdenciário. A conclusão é de estudo do pesquisador e especialista em **Previdência Social** Rogério Nagamine, publicado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

O estudo mostra que a relação de contribuintes por benefício do **INSS** caiu de 1,7, em 2014, para 1,53 em 2024 (último ano com dados completos de contribuintes), uma queda de 10,3% no período. Ou seja, existe 1,53 contribuinte para custear cada benefício emitido pela autarquia, ante 1,7 a dez anos atrás. Os números mostram que houve uma pequena recuperação dessa relação no período pós-pandemia, possível reflexo da reforma da Previdência de 2019, mas prevalece a tendência queda, inclusive entre 2022 e 2024.

Isso tem acontecido porque o estoque de benefícios emitidos do **INSS** cresceu 26,8% entre dezembro de 2014 e o mesmo mês de 2024, enquanto o número médio mensal de contribuintes cresceu 13,8% no mesmo período. Em outras palavras: o ritmo de crescimento dos benefícios do **INSS** foi cerca de 95% superior ao observado pelos contribuintes. Em termos de média anual, o estoque de benefícios do **INSS** aumentou 2,4% ao ano, enquanto o número médio mensal de contribuintes avançou a uma taxa de apenas 1,3% a.a.

Nagamine calcula que, mantida as taxas de crescimentos observadas entre 2014 e 2024 e sem uma nova reforma da Previdência, o Brasil chegaria na relação de 1 contribuinte (média mensal) por benefício pago pelo **INSS** em 2057.

Os números corroboram um cenário que já é conhecido de quem acompanha o tema: o total de pessoas que contribui com a **Previdência Social** vem caindo a cada ano, enquanto o estoque de benefícios pagos só cresce. Uma conta que explica o déficit do Regime Geral de **Previdência Social** e reforça os alertas sobre a sustentabilidade do regime previdenciário.

O consultor da Câmara dos Deputados Leonardo Rolim, ex-presidente do **INSS** e ex-secretário de Previdência, afirma que a mudança demográfica é o principal motivo para a piora na razão de contribuintes por benefícios. "Em 25 anos, o número de idosos mais do que dobrou, enquanto a população em idade ativa, de potenciais contribuintes, cresceu pouco mais de 30% nesse período. E quando olhamos a projeção para o futuro, o cenário é muito pior, porque a população em idade ativa vai começar a diminuir e o número de idosos vai aumentar. Em relação a hoje, vamos ter seis vezes o número de idosos que tínhamos em 2000", explica o especialista.

Arnaldo Lima, economista e Relações Institucionais da Polo Capital, destaca que o envelhecimento populacional e a maior duração dos benefícios passaram a exercer pressão crescente sobre o sistema. "Esse descompasso demográfico e atuarial desafia o pacto intergeracional. Mesmo com a maior cobertura previdenciária da história recente, a velocidade de envelhecimento da população brasileira supera o crescimento do número de contribuintes, ampliando o déficit estrutural dos regimes", explica.

Nagamine acrescenta outro motivo para a piora da relação: a queda na qualidade dos contribuintes, com a criação do regime de Microempreendedor Individual (MEI), que contribui a taxas módicas à **Previdência Social**. O autor do estudo defende a necessidade de avaliar as políticas públicas para adequar o país à nova realidade demográfica. "Não realizar as adequações necessárias ou não fazer o planejamento necessário pode gerar graves consequências no futuro", diz Nagamine.

Lima também cita que a vinculação dos benefícios à valorização real do salário mínimo e regras contributivas mais brandas em regimes simplificados, como o MEI, ampliam a assimetria entre contribuição e benefício esperado ao longo do ciclo laboral, pressionando as contas públicas no longo prazo.

Rolim avalia que uma reforma apenas paramétrica, ou seja, que mexa com a idade e o tempo de aposentadoria, por exemplo, será insuficiente para fazer frente ao desafio demográfico posto. Ele defende que seja adotada uma camada de capitalização em nosso sistema previdenciário, que hoje opera no regime de repartição simples: cada contribuição feita

ao **INSS** financia os benefícios emitidos atualmente. Na capitalização, você contribui para uma conta sua, que será resgatada na aposentadoria. É possível adotar um regime misto, com uma espécie de renda universal e uma camada de capitalização para rendas maiores.

O ex-presidente do **INSS** explica que o custo para essa transição de regimes está ficando cada vez mais alto. E que se nada for feito, a partir da próxima década, o déficit do RGPS começará a ficar impagável. "A gente está empurrando essa bola de neve, que fica cada vez maior e vai ter uma hora que a gente não vai ter como desmanchar essa bola de neve nem vai ter mais como empurrá-la, porque ela vai estar pesada demais", diz.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/>

Ranking de corrupção mantém Brasil em sua pior posição, e ONG cita caso Master e emendas (corrupção)

Laura Intrieri

O Brasil repetiu em 2025 sua pior posição no IPC (Índice de Percepção da Corrupção), da ONG Transparência Internacional. O país ficou na 107ª colocação entre 182 nações e territórios avaliados, com 35 pontos numa escala de 0 a 100 -quanto maior a nota, maior a percepção de integridade.

Em relação a 2024, quando o país registrou 34 pontos (a pior nota da série histórica), houve alta de um ponto, variação considerada estatisticamente insignificante pela organização e que indica estagnação. A posição no ranking se manteve a mesma.

A pontuação deixa o Brasil abaixo da média global (42 pontos) e da média das Américas (também 42).

Na série histórica, comparável a partir de 2012, as melhores notas do Brasil foram registradas em 2012 e 2014 (43 pontos). As piores, em 2024 (34), 2018 e 2019 (35) e 2023 (36).

O Sri Lanka também obteve 35 pontos. Argentina, Belize e Ucrânia ficaram um ponto acima. Argélia, Bósnia e Herzegovina, Indonésia, Laos, Malawi, Nepal e Serra Leoa ficaram um ponto abaixo do Brasil.

Os três primeiros colocados no ranking foram Dinamarca (89 pontos), Finlândia (88) e Cingapura (84). Na outra ponta estão Somália e Sudão do Sul (9 pontos cada) e Venezuela (10).

O índice é construído a partir de até 13 indicadores independentes baseados na percepção de especialistas, pesquisadores e executivos sobre corrupção no serviço público. Os comportamentos inadequados considerados na análise incluem suborno, desvio de dinheiro público, uso de cargo público para ganho privado e nepotismo.

O diretor-executivo da Transparência Internacional no Brasil, Bruno Brandão, disse que o Brasil "chocou o mundo com casos de macrocorrupção em escala inédita, como **INSS** e Master, impunidade generalizada mesmo para corruptos confessos e condutas

desmoralizantes de ministros do próprio STF (Supremo Tribunal Federal)".

Em paralelo ao IPC, a organização lançou o relatório Retrospectiva 2025, que aponta o que classifica como agravamento da infiltração do crime organizado no Estado brasileiro por meio de dois setores: o sistema financeiro e a advocacia.

O documento cita como destaques negativos no Executivo a resposta do governo ao esquema de fraudes no **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) e o que a ONG considera como um silêncio do presidente Lula (PT) sobre corrupção -em 230 pronunciamentos em 2025, o presidente mencionou a palavra "corrupção" apenas 13 vezes e, segundo a entidade, na maioria delas para ironizar denúncias.

No Legislativo, a organização questiona o crescimento do volume de emendas parlamentares, além de alterações na Lei da Ficha Limpa que permitem retorno antecipado de condenados às eleições.

No Judiciário, o relatório destaca o caso Banco Master e as suspeitas sobre os ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) Alexandre de Moraes e Dias Toffoli. Sobre Moraes, cita o contrato de R\$ 129 milhões entre o banco e o escritório de advocacia de sua esposa.

Acerca de Toffoli, elenca que o ministro avocou a relatoria do caso, decretou sigilo e viajou em jato particular com advogado de um dos diretores do banco, além de revelações sobre negócios imobiliários de sua família envolvendo aportes de fundos ligados ao Master e à JBS.

Entre os pontos positivos, o relatório elenca a Operação Carbono Oculto, deflagrada pela Polícia Federal em agosto de 2025, que apura a atuação do PCC (Primeiro Comando da Capital) em negócios da economia formal, incluindo o mercado financeiro.

A ação foi classificada como mudança de paradigma no uso de inteligência financeira contra o crime organizado.

Também menciona a responsabilização de lideranças

políticas e militares pelos ataques à democracia, se referindo à condenação do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e aliados pela trama golpista de 2022.

O relatório também cita como positivas decisões do STF para ampliar o controle sobre emendas e a rejeição da chamada PEC da Blindagem no Senado.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2026/02/ranking-de-corrupcao-mantem-brasil-em-sua-pior-posicao-e-ong-cita-caso-master-e-emendas.shtml>

Como dinheiro do contribuinte pode acabar sendo usado para cobrir parte do rombo bilionário do Banco Master

Por BBC

A liquidação do Banco Master e as investigações sobre o seu controlador, o banqueiro Daniel Vorcaro, não deixaram apenas as elites financeira e política do Brasil preocupadas.

Longe da avenida Faria Lima, em São Paulo, ou da Esplanada dos Ministérios, em Brasília, milhares de contribuintes brasileiros correm o risco de ter de arcar com um possível prejuízo causado pelas transações envolvendo o Master.

O Banco Master ganhou os holofotes em novembro do ano passado, quando ele foi liquidado e Vorcaro preso na primeira fase da Operação Compliance Zero suspeito de ter crimes contra o sistema financeiro nacional, o que sua defesa nega.

As liquidações do Master, em novembro, e do Will Bank - que pertencia ao Master -, em janeiro, geraram um rombo de aproximadamente R\$ 47 bilhões ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC), uma associação privada que funciona como um tipo de seguro e que prevê o reembolso em caso de liquidação de investimentos de até R\$ 250 mil.

Como o FGC é mantido por contribuições dos próprios bancos, não há previsão de aporte de dinheiro público para cobrir esse buraco .

Mas ainda assim, os cofres públicos, aposentados, pensionistas e funcionários públicos de Estados como Amazonas, Amapá e Rio de Janeiro poderão ter que arcar com os possíveis prejuízos causados pelo Master.

Este possível prejuízo é resultado de negócios feitos com o Banco Master em duas frentes.

A primeira delas é que a reúne os fundos de previdência que investiram em títulos emitidos pelo Master com a promessa de bons retornos no futuro.

A segunda é relativa ao prejuízo que o Banco de Brasília, controlado pelo Governo do Distrito Federal, poderá ter por conta da aquisição de carteiras de

crédito vendidas pelo Master ao banco e que hoje está sob investigação.

Estimativas de representantes do Banco Central apontam que o BRB pode precisar de uma injeção de capital de até R\$ 5,5 bilhões.

Até o momento, no entanto, ainda não é possível falar em prejuízo consolidado porque ainda não está claro se, mesmo liquidado, o Master irá honrar os investimentos que foram feitos pelos fundos de previdência em títulos emitidos por ele.

Especialistas ouvidos pela BBC News Brasil, no entanto, alertam que os investidores como fundos de pensão poderão enfrentar dificuldades para reaver o valor aplicado.

Também ainda não está claro se o BRB vai ou não precisar de aportes públicos para equilibrar suas contas, apesar de o próprio banco admitir essa possibilidade em nota divulgada na semana passada.

Segundo especialistas, caso os prejuízos ao banco e aos fundos de pensão se concretizem, o rombo terá de ser ressarcido, de uma forma ou de outra, com dinheiro público.

Em relação aos fundos de pensão, perdas causadas por investimentos no Master poderão obrigar servidores da ativa ou aposentados a aumentarem suas contribuições ou fazer com que o Estado ou município responsável pelo fundo tire dinheiro de outras fontes orçamentárias para repor o prejuízo.

No caso do BRB, caso o banco não encontre uma solução junto ao mercado, o banco poderá precisar de uma injeção de recursos públicos para reorganizar sua contabilidade.

É a socialização do prejuízo , diz o advogado especialista em direito tributário e professor universitário Kleber Galerani à BBC News Brasil.

Aposentadorias em risco?

O Banco Master ficou conhecido no mercado

financeiro nos últimos anos por adotar uma estratégia agressiva de atrair investidores com promessas de pagar juros por investimentos acima da média do mercado.

Em geral, esses ativos eram oferecidos por corretoras de investimentos a pessoas físicas e privadas e, caso fossem até R\$ 250 mil, os recursos estariam segurados pelo FGC em caso de liquidação do banco.

Mas a estratégia também foi usada em outro mercado: o dos regimes de previdência própria, conhecido como RPPS. Trata-se de um regime separado do **INSS** (Instituto Nacional de **Seguridade Social**) voltado, em geral, para **servidores públicos**.

Para pagar as aposentadorias dos beneficiários, funcionários da ativa, aposentados e os entes responsáveis (Estados ou municípios) fazem contribuições mensais a um fundo.

Esses recursos, por sua vez, são investidos no mercado financeiro para gerarem lucro que será, depois, usado para pagar os benefícios.

Foi nesse mercado que o Master também atuou.

Dados do Ministério da **Previdência Social** obtidos pela BBC News Brasil apontam que, desde 2023, 19 fundos de previdência própria fizeram investimentos em ativos do Banco Master.

O caso mais conhecido até agora é o da Rioprevidência, responsável pelos benefícios de aposentados e pensionistas do governo do Rio de Janeiro.

Em oito meses, entre novembro de 2023 e julho de 2024, o fundo investiu R\$ 970 milhões em letras financeiras do Banco Master. Letras financeiras são títulos de renda fixa que o investidor compra com o compromisso de receber seu dinheiro de volta no futuro corrigido por uma determinada taxa de juros.

Mas esses investimentos, ao contrário dos cobertos pelo FGC, não têm garantia de ressarcimento e a liquidação do Banco Master levantou ainda mais dúvidas sobre se a empresa terá ou não condições de arcar com seus compromissos.

Quando há a liquidação de um banco, é difícil imaginar que ele vai conseguir honrar os investimentos que foram feitos nele. No caso dos fundos de pensão, o mais provável é que eles busquem a justiça para ter o seu dinheiro de volta, disse o economista e coordenador do programa de pós-graduação em finanças do Insper, Ricardo Rocha.

Os investimentos de fundos de pensão no Master entraram no radar da Polícia Federal, que prendeu o ex-presidente da Rioprevidência, Deivis Marcon Antunes, por suspeita de obstrução de justiça e ocultação de provas no caso que investiga possíveis irregularidades nos investimentos da instituição.

Os investigadores querem saber o que levou a Rioprevidência a fazer investimentos milionários no Banco Master.

Na semana passada, a PF deflagrou uma operação no Amapá para investigar os investimentos feitos pela Amprev (autarquia que gere o fundo de pensão dos servidores do Amapá) no banco.

No Rio de Janeiro, o cenário deixou parte dos aposentados fluminenses preocupados. A Rioprevidência é responsável pelo pagamento de pensões a mais de 240 mil pessoas.

A gente não sabe qual o tamanho do prejuízo, mas nosso medo é de que esse rombo seja pago pelo contribuinte, diz a secretária para assuntos relacionados a aposentados do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro (SEPE), Odisseia Carvalho, à BBC News Brasil.

Ela conta que, em 2016, pensionistas e aposentados do governo do Rio de Janeiro chegaram a ficar três meses sem receber por conta de uma crise financeira envolvendo o Estado fluminense e a Rioprevidência.

Nós tínhamos que organizar doações de alimentos porque as pessoas não tinham o que comer. Nosso medo é que essa situação se repita agora por conta desses investimentos duvidosos no Banco Master, completa.

O analista da Instituição Fiscal Independente (IFI), Pedro Henrique Oliveira, é um especialista em regimes de previdência próprio.

Segundo ele, caso os investimentos feitos pelos fundos em ativos do Master vire prejuízo, os caminhos para sanar esse rombo poderão recair tanto sobre os servidores fluminenses quanto sobre todo os outros contribuintes do Rio de Janeiro.

A primeira forma de resolver um prejuízo desse tipo é aumentando as contribuições dos servidores da ativa, dos inativos e, também, a parcela que o Estado paga por cada servidor. A ideia é que esse aumento nas contribuições reequilibre as contas do fundo no médio prazo para ver se ele volta a ficar positivo, conta o analista.

Outra alternativa seria o ente governamental, sozinho,

fazer um aporte no fundo. O prejuízo seria dividido por todos os contribuintes do Estado ou do município porque ele teria que tirar recursos dos cofres públicos aumentando **impostos** ou cortando investimentos. Isso pode aumentar o endividamento público e prejudicar serviços públicos, complementa Oliveira.

Para o professor Kleber Galerani, o prejuízo sai da esfera privada e entra na pública.

Como o ente tem a obrigação constitucional de pagar os benefícios de uma forma ou de outra, esse prejuízo entra nas contas públicas e é pago pela coletividade. É a socialização do prejuízo, diz.

A BBC News Brasil enviou questionamentos aos governos do Rio de Janeiro, Amapá e Amazonas, cujos fundos de previdência investiram, juntos, R\$ 1,42 bilhão em papéis do Banco Master.

Em nota, o governo do Amapá disse que a Amapá Previdência (autarquia que gere o fundo dos pensionistas do Estado) se sente lesada pelos maus feitos do Banco Master e não abre mão de ser ressarcida.

A nota diz ainda que o órgão ingressou com medidas judiciais cabíveis e que os investimentos feitos pela Amprev no Banco Master representam 4,7% de todo o patrimônio do fundo.

O governo do Rio de Janeiro e a Rioprevidência enviaram uma nota conjunta dizendo que, na época em que os investimentos no Master foram feitos, o banco possuía autorização de funcionamento e detinha rating atribuído por agência internacional independente (Fitch Ratings), requisito previsto pela própria regulação para mitigação de risco.

Eles disseram ainda que os investimentos nas letras financeiras do Master representam 7,41% do patrimônio da instituição e que instaurou uma sindicância interna para apurar os efeitos dos investimentos no banco.

O governo do Amazonas não respondeu aos questionamentos enviados pela BBC News Brasil.

Procurada, a defesa do Banco Master e de Vorcaro afirmou que não comentaria o assunto.

O caso BRB

A outra ponta do possível prejuízo causado no rastro do caso Master está no Banco de Brasília (BRB).

Vorcaro também é suspeito de ter sido um dos responsáveis por transações fraudulentas envolvendo

a venda de R\$ 12,2 bilhões em carteiras de crédito para o BRB, vinculado ao governo do Distrito Federal.

Segundo as investigações, parte dessas carteiras eram falsas ou não valiam o que o Master dizia valer. Sua defesa, no entanto, alega inocência.

O BRB tem afirmado, por meio de nota, que vem procurando revender as carteiras compradas do Master junto a atores do mercado financeiro como forma de se livrar do potencial prejuízo.

Apesar disso, o diretor de fiscalização do Banco Central, Aílton Aquino, disse em depoimento à Polícia Federal que, por conta das transações com o Master, o BRB poderá ter que receber uma injeção de capital de R\$ 5,5 bilhões para sanar suas contas.

Em nota divulgada pelo BRB na semana passada, o banco admitiu que uma das alternativas para resolver um eventual prejuízo passa por um repasse do governo do Distrito Federal, maior acionista e controlador do banco.

Caso seja confirmado possível prejuízo, o BRB já tem pronto um plano de capital que, entre as opções, prevê aporte direto do controlador, que já sinalizou com essa possibilidade, ou outros instrumentos que possibilitem a recomposição do capital do Banco, diz um trecho da nota.

Um aporte 100% público do governo do Distrito Federal para o BRB dependeria, no entanto, de uma autorização da Câmara Distrital do Distrito Federal, onde o governador Ibaneis Rocha (MDB), já enfrenta críticas por seus supostos encontros com Vorcaro às vésperas da tentativa de compra do Master pelo BRB.

Procurada pela BBC News Brasil, a assessoria de imprensa do BRB disse que ainda não seria possível quantificar o tamanho do prejuízo causado pelas transações com o Master, mas que o banco estaria adotando medidas institucionais, administrativas, extrajudiciais e judiciais para resguardar seus interesses e mitigar eventuais impactos, envolvendo fundos de investimento, garantias e carteiras de crédito adquiridas.

O BRB disse ainda que enviou um plano para a recomposição do seu capital ao Banco Central prevendo medidas a serem adotadas nos próximos 180 dias.

A defesa de Vorcaro e do Master disse que não comentaria o assunto.

Notícias Relacionadas:

PORTAL TERRA

Como dinheiro do contribuinte pode acabar sendo usado para cobrir parte do rombo bilionário do Banco Master

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2026/02/10/como-dinheiro-do-contribuinte-pode-acabar-sendo-usado-para-cobrir-parte-do-rombo-bilionario-do-banco-master.ghtml>

BB Seguridade tem lucro 5% maior no 4 tri, de R\$ 2,3 bilhões

Rita Azevedo De São Paulo

O lucro gerencial da BB Seguridade cresceu 5% no quarto trimestre de 2025, na comparação anual, para R\$ 2,3 bilhões. O desempenho foi impulsionado pelo resultado financeiro, que é beneficiado pelo nível atual da Selic e por outros fatores, como a redução do custo do passivo dos planos de previdência.

Na holding, o resultado das participações aumentou 3,9%, para R\$ 2,25 bilhões. Já o resultado financeiro combinado somou R\$ 577,3 milhões, líquido de **impostos**, o que representa uma alta de 80,9% ante o apurado nos três últimos meses de 2024.

No ano completo, o lucro líquido gerencial da BB Seguridade somou R\$ 9,1 bilhões, com avanço de 11,4% ante 2024. O resultado operacional das empresas do grupo cresceu 2%, para R\$ 7 bilhões.

A Brasilseg, unidade que concentra as operações de seguro, viu o lucro líquido aumentar 1,9% no quarto trimestre, com crescimento de quase 28% na linha do resultado financeiro. Por outro lado, o resultado operacional caiu 3,4%, com aumento de 0,8 ponto percentual na sinistralidade, que foi parcialmente compensado pelo aumento de 5% nos prêmios ganhos retidos.

A emissão de prêmios caiu 11,5% puxado pelos segmentos prestamista - com menores vendas principalmente para pessoa física -, agrícola, vida e vida produtor rural. Do lado positivo, o trimestre teve alguns sinais de melhoria, como a redução do cancelamento de seguros agrícolas, o aumento da busca de prestamista por pessoa jurídica e o avanço de 14% nas emissões de seguro residencial.

Ao longo de 2025, o braço de seguros viu os resultados serem afetados pela menor demanda por seguro rural, que foi diretamente impactado pelo corte nos subsídios, e por prestamista - o que costuma ocorrer em momentos de juros altos e crédito mais restrito. No ano completo, os prêmios de seguros emitidos caíram quase 9%. As projeções divulgadas pela companhia indicam que em 2026 os prêmios devem ficar em um intervalo de queda de 3% a avanço de 2%.

Na Brasilprev, o lucro no quarto trimestre chegou a R\$

510,3 milhões, 39% maior que o apontado um ano antes. O resultado operacional não decorrente de juros recuou 7,1%. As contribuições de previdência retraíram quase 37%, para R\$ 8,4 bilhões, com reflexos da cobrança de IOF para planos VGBL. No acumulado do ano, as reservas de previdência avançaram 9,3%. Agora em 2026, a expectativa é de avanço de 8% a 11%, segundo as projeções apresentadas.

Com corretagem, o lucro ficou praticamente estável no quarto trimestre, em R\$ 859 milhões. As receitas da divisão caíram 3,7%. Já em capitalização, o lucro cresceu 41,6% no quarto trimestre, para R\$ 99,1 milhões.

Além dos dados trimestrais, a BB Seguridade anunciou a distribuição de R\$ 4,95 bilhões em dividendos referentes ao segundo semestre de 2025. Considerando o valor já distribuído aos acionistas, o total de proventos no ano chegou a R\$ 8,72 bilhões, equivalente a 96,7% do lucro do período.

Em **comunicado**, o presidente da BB Seguridade, Delano Valentim de Andrade, disse que a empresa teve um "resultado maravilhoso na última linha" em 2025, mesmo com um ambiente mais desafiador para o desempenho comercial e que com o resultado financeiro foi possível destinar "valores expressivos" para remuneração aos acionistas.

Site: <https://valor.globo.com/impresso/>

Câmara inicia tramitação da PEC 6x1 em disputa por protagonismo

Beatriz Roscoe e Guilherme Pimenta

Em ano eleitoral, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), antecipou-se ao governo e despachou a proposta de emenda à Constituição (PEC) sobre a jornada 6x1 à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O objetivo, segundo ele, é atrair o protagonismo da pauta para o Congresso Nacional em uma discussão que classificou como "inadiável". Uma das principais bandeiras eleitorais do governo Lula, o Executivo planejava enviar um projeto de lei com urgência constitucional para tratar do tema.

Com o movimento, Motta faz a discussão avançar por meio de uma PEC, e não por meio de um PL - como defende o governo. A aprovação de uma PEC exige mais votos do que a de um projeto de lei. Propostas de alteração da Constituição demandam três quintos dos votos dos deputados e dos senadores em dois turnos de votação em cada Casa legislativa. Já para aprovar um projeto de lei basta maioria simples, em somente um turno de votação.

O Valor apurou que o governo foi pego de surpresa com o despacho e avalia que a PEC é um "presente de grego", já que é mais difícil de ser aprovada. O Executivo entende que não há necessidade de alteração constitucional, apesar de o limite de 44 horas estar na Constituição, porque a regra fica na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

"É uma pauta histórica da classe trabalhadora, que precisa ser debatida com responsabilidade, ouvindo todos os setores e considerando os impactos na economia", disse Motta. A jornalistas, ele negou o desejo de adiar o debate. "Pelo contrário, o parlamento quer puxar para si o protagonismo desse tema. É importante o apoio do governo. "

Segundo Motta, a discussão na CCJ e, posteriormente, na comissão especial dará o amadurecimento que o tema precisa. A medida engloba as PECs apresentadas pela deputada Érika Hilton (Psol-SP) e pelo deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) .

Parlamentares governistas inteirados das negociações dizem que a relação entre Hugo Motta e o Palácio do Planalto "está muito melhor", mas afirmam que o

alinhamento maior não impedirá que o presidente da Câmara busque atrair a condução das discussões e atue como intermediador junto ao setor produtivo.

Setores do Centrão já começam a sugerir apenas uma redução da jornada, sem o fim da escala 6x1 - o que é rechaçado pelo governo. A posição fechada do Palácio do Planalto é da defesa de uma escala 5x2, com jornada de 40 horas e sem redução de salário. O argumento é de que o apelo popular da pauta eleitoral é justamente o fim do 6x1.

O PL com urgência constitucional - como defende o Planalto - seria uma forma de pressionar pela votação célere do texto. O mecanismo é solicitado pelo presidente da República para acelerar a tramitação de projetos, exigindo que a Câmara e o Senado apreciem a matéria em até 45 dias em cada Casa. Se não for votado no prazo, o PL tranca a pauta. Aliados do Planalto afirmam que o governo mantém a posição e enviará, ainda assim, um projeto de lei.

Segundo o presidente da Câmara, haverá uma reunião ainda nesta semana entre ele, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, e os ministros da Secretaria-Geral da Presidência, Guilherme Boulos, e do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, para tratar do assunto. Ainda não há definição de nome para a relatoria na CCJ, nem na comissão especial. Tampouco existe decisão sobre quem irá presidir o colegiado.

O tema é considerado complexo para o setor produtivo. Na avaliação do economista Sérgio Vale, da MB Associados, é preciso fazer um debate mais amplo sobre os impactos do projeto. "Em muitos setores produtivos como varejo e construção pode haver corte de emprego no final", comentou.

Segundo ele, é possível também que tenha impacto negativo de Produto Interno Bruto (**PIB**). "Estamos em ano eleitoral e muito certamente isso vai avançar, mas pode ser que parte dos trabalhadores seja penalizada no curto prazo pela rapidez com que está se decidindo por essa mudança", disse o especialista. Por último, comentou que, "dado o baixo nível de produtividade do país, a chance é que haja um combinado de aumento de custo e penalização de emprego".

Motta, no entanto, reforçou que a discussão será feita com equilíbrio e ouvindo todos os setores, ressaltando que o Brasil vive uma fase de pleno emprego e que isso deve ser levado em consideração. "É importante lembrar que quando a nossa carteira de trabalho foi criada, também fizeram péssimas projeções, e hoje nós temos um país que respeita o direito do trabalhador. Eu não tenho dúvidas que a escala 6x1, vindo a ser discutida e a diminuir essa jornada de trabalho, daremos um passo firme na dignidade do trabalhador", disse o presidente da Câmara dos Deputados.

Site: <https://valor.globo.com/impresso/>

Rali das bolsas globais vai se ampliar, diz UBS Wealth

Luana Reis De São Paulo

Apesar do início de ano conturbado para os mercados de ações, o otimismo com a valorização das bolsas globais segue firme na visão da diretora de investimentos (CIO) para as Américas e chefe global de ações na UBS Wealth Management, Ulrike Hoffmann, em entrevista ao Valor durante passagem no Brasil. Apesar do noticiário político e econômico movimentado e dos riscos fiscais, o banco espera um rali difundido entre diferentes setores e geografias neste ano com reflexos no S P 500, diante da previsão de que o índice fechará o ano em 7,7 mil pontos.

Valor:

O que explica o otimismo com os mercados de ações?

Ulrike Hoffmann: Temos uma visão positiva para ações porque mantemos um viés positivo para a economia global. Nos Estados Unidos, temos um duplo motor sustentando o crescimento: tanto a política monetária quanto a política fiscal, o que é algo relativamente raro do ponto de vista histórico. Até agora vimos um rali pouco consistente, mas acreditamos que ele irá se ampliar, o que é bem diferente do que dizíamos no ano passado. Antes, éramos otimistas com ações, mas de forma muito concentrada. Neste ano, vemos uma ampliação entre setores, diferentes geografias e também nas oportunidades estruturais de investimento, como a inteligência artificial (IA). Nos últimos anos, tudo girou em torno de poucas empresas sustentando os mercados acionários, mas acreditamos que agora teremos uma participação maior.

Valor: Devemos esperar, então, um retorno maior do S P 500?

Hoffmann: Temos um preço-alvo de fim de ano de 7,7 mil pontos. Isso seria um pouco menor do que no ano passado, mas ainda assim consideramos um potencial bastante atrativo, especialmente quando comparamos com a renda fixa, onde temos uma recomendação neutra. Com os rendimentos dos Treasuries dos Estados Unidos em torno de 4% a 5% e a inflação ainda perto de 3%, não há um retorno real muito atraente. Ao mesmo tempo, o forte estímulo fiscal também é um fator de risco para o mercado de Treasuries, já que o endividamento dos EUA, assim

como o de muitos outros países ocidentais, está em níveis recordes.

Valor: Isso não pode ameaçar os retornos do mercado de ações?

Hoffmann: É um risco. Se houver algum solavanco, o mercado acionário provavelmente não será resiliente. Por isso, defendemos uma maior diversificação entre geografias, como forma de mitigar riscos. Ainda assim, neste momento, não vemos esse risco como iminente, porque tanto a política monetária quanto a fiscal seguem apoiando o crescimento econômico dos EUA.

Acreditamos que pequenos solavancos ou tensões geopolíticas podem, inclusive, representar oportunidades de compra, embora isso possa mudar ao longo do tempo. Valor: Quais os maiores riscos? Hoffmann: Em última instância, uma perda de confiança nos Estados Unidos. Se os investidores passarem a duvidar da capacidade do governo americano de honrar sua dívida, isso seria um grande problema, mas não vemos isso ainda. O outro grande ponto é a inteligência artificial, que é a segunda grande área para onde fluiu muito capital. Aqui, o maior risco seria que uma monetização seja muito menor do que esperamos ou o risco de uma mudança fundamental no próprio algoritmo de IA, algo que acreditamos ser subestimado pelo mercado. Se o algoritmo mudar e se tornar mais eficiente, pode haver o risco de um excesso de capacidade computacional em IA, com excedente de oferta de chips e de infraestrutura. Seria algo semelhante ao que aconteceu com a internet nos anos 1990, quando não apenas a demanda pela internet cresceu mais lentamente do que o esperado, como também houve um enorme aumento da oferta. Isso certamente pressionaria o mercado. Qualquer frustração ou retração na demanda seria, portanto, um risco claro para o mercado acionário.

Valor: O risco de bolha na IA pode voltar a preocupar o mercado?

Hoffmann: Bolhas sempre fizeram parte dos mercados financeiros. Na minha visão, há sempre três elementos. O primeiro são condições financeiras frouxas, certamente temos isso hoje, e o segundo é uma narrativa transformacional, o que a IA também preenche. O terceiro ponto, para mim, ainda não está

totalmente presente: quando as pessoas compram simplesmente porque o preço está subindo, movidas pelo medo de ficar de fora. Hoje, sinto quase o oposto: a discussão sobre bolha e "valuation" é muito frequente. Onde eu vejo mais características de bolha, e isso é menos visível, é no mercado privado.

Valor:

O endividamento das big techs não preocupa?

Hoffmann: O principal foco da temporada de balanços será o desempenho das empresas de tecnologia, especialmente a evolução do capex [investimento em capital] e seu impacto sobre margens e geração de caixa. Apenas gastar mais

em capex já não é suficiente para ser recompensado pelo mercado. O que empresas ligadas à IA fizeram recentemente foi não apenas vender produtos de IA, mas também usar esses produtos em benefício próprio para aumentar as margens, apesar do capex elevado. A questão agora é: com o capex ainda mais alto, elas conseguirão repetir isso? Na nossa visão, é muito difícil. As margens podem ficar um pouco estagnadas por um período antes de voltar a subir. Esse continua sendo o principal risco para os "hyperscalers" de IA.

Valor: A volatilidade deste começo de ano deve continuar?

Hoffmann: Acho que sim. O ano passado foi bastante intenso, mas não me surpreenderia se este ano fosse ainda mais. Uma dimensão que precisamos considerar são as eleições de meio de mandato nos EUA. Já nos primeiros dias do ano, ficou claro que o mercado tende a reagir de forma significativa às políticas associadas

a este ciclo político do presidente Trump. Na nossa visão, esse conjunto de políticas deve ter como foco a acessibilidade. Não nos surpreenderia ver um aumento das iniciativas voltadas a apoiar consumidores de baixa e média renda nos próximos meses. Esse foi um dos motivos pelos quais elevamos a recomendação para o setor de consumo discricionário.

Valor: E como vocês pretendem navegar por essa turbulência?

Hoffmann: Acho que essas correções motivadas por fatores políticos representam oportunidades para aumentar a exposição a ações, especialmente se as carteiras estiverem muito concentradas. Isso vale geograficamente, setorialmente e também de forma estrutural. Essa é a nossa recomendação: permanecer em ações. Continuamos recomendando ouro também. Ele tem sido uma boa proteção geopolítica e nossa

visão é que o dólar pode se enfraquecer este ano.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/>

"É preciso normalizar os ajustes na previdência"

BERNARDO LIMA E MANOEL VENTURA

ENTREVISTA

Rogério Ceron/ secretário do tesouro

O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, defende segurar o ritmo de crescimento de despesas obrigatórias para abrir espaço para investimentos públicos e cita dois grandes gastos: Previdência e Benefício de Prestação Continuada (BPC), um salário mínimo pago a pessoas com deficiência e idosos de baixa renda. O governo aprovou mudanças no BPC que não foram suficientes para conter a aceleração das despesas, que subiram cerca de 9% no ano passado.

O economista afirma que o governo está focado neste ano em atingir a meta de resultado das contas públicas, um superávit de 0,25% do **PIB** (ou cerca de R\$ 34 bilhões). Um fator de preocupação, porém, será o desempenho das estatais. No caso dos Correios, o Tesouro se comprometeu com um aporte de R\$ 6 bilhões até o ano que vem. Quanto à Eletronuclear, a situação da empresa vai passar pela decisão de continuar ou não com as obras da usina de Angra 3.

Ceron se diz "disposto" a permanecer no governo após a saída de Fernando Haddad da Fazenda, que deve ocorrer neste mês. Com isso, o atual secretário executivo, Dario Durigan, deve assumir o posto de ministro e Ceron ser alçado a número dois da pasta - o que ele evita confirmar.

As exceções aos limites de gastos públicos nos três anos de vigência do arcabouço devem superar R\$ 170 bilhões até o fim de 2026. A regra fiscal ainda consegue atingir o objetivo de segurar a dívida pública?

O ideal é que não tenham exceções em relação à regra, mas a vida real é um pouco diferente. Esse número soa muito relevante, mas tem que considerar que mais de 80% do valor é destinado ao pagamento de precatórios (dívidas judiciais) e ao socorro ao Rio Grande do Sul por conta das chuvas de 2024. Essa é a parte não discutida desse assunto.

A sugestão era o quê? Não pagar precatórios, como estava antes? Se nós não tivéssemos regularizado,

teríamos que pagar mais de R\$ 200 bilhões. O grande efeito do arcabouço é reduzir a dinâmica de crescimento real do gasto público. Nos últimos 20 anos, houve um crescimento real acima de 4% ao ano. O arcabouço está trazendo isso para baixo, para em torno de 3% ao ano, a partir de 2027.

O Tesouro projeta que a trajetória da dívida deve ser crescente até 2032, quando chegaria a 88,6% do **PIB**. A meta do senhor era não deixá-la chegar acima de 80% do **PIB** e hoje está na casa de 78,7%. O que aconteceu?

Em 2024, a política monetária dos EUA não se flexibilizou, o que trouxe uma subida na taxa de juros e maior incerteza. E no cenário doméstico entramos naquele processo do fim de 2024, com o anúncio do pacote (de corte de gastos que incluiu isenção do Imposto de Renda), que levou a uma instabilidade, e o Banco Central fez um choque para estabilizar. Em 2025, tivemos subida das taxas de curto prazo e no horizonte mais longo. Se a gente estivesse em uma normalidade, como era esperado em 2023, a dinâmica da dívida seria marginal nesse momento.

Qual o espaço para fazer um ajuste estrutural nas despesas neste ano e em 2027?

Acho que tem espaço. Na virada de 2022 para 2023, havia indicadores sociais extremamente complicados e políticas públicas represadas. Hoje, temos os menores níveis de pobreza, desemprego, **inflação**, maior crescimento de renda, com políticas públicas recompostas, é um país muito mais equilibrado.

Agora temos que fazer uma correção no que ainda está pendente, e talvez precise sim de uma aceleração no processo de recuperação. Temos de ter uma sinalização mais clara de que vamos para um horizonte de convergência da trajetória da dívida. Precisamos ir mostrando que isso (a dívida) não está se deslocando. E, se tiver se deslocando por fatores novos, ter uma compensação.

O que será possível fazer?

O nosso grande desafio agora é reduzir a dinâmica de crescimento de despesas obrigatórias, abaixo do crescimento do **PIB**, para permitir ampliar investimentos e recuperar o fiscal. A dinâmica de

crescimento do sistema previdenciário e do BPC precisa ser num ritmo inferior ao do arcabouço fiscal. O BPC teve várias correções para evitar abusos e, ainda assim, cresceu 9%. Isso não é algo saudável para o futuro.

Uma agenda, seja qual for o governo, é a rediscussão dos parâmetros do arcabouço, e a regra foi feita para isso. O arcabouço está construído para ser compatível com diferentes modelos de ciclos de governo. Nessa redefinição dos parâmetros, dá para fazer esse tipo de ajuste, que não é tirar benefícios, mas diminuir a dinâmica. Se diminuir a dinâmica, garante que o processo de recuperação vai acelerando, mas em uma dinâmica. Esse é um caminho que o país suporta.

É necessária, então, uma nova Reforma da Previdência?

É preciso normalizar ajustes da Previdência, porque ela tem que acompanhar o aumento da expectativa de vida, que é algo saudável. E o país está envelhecendo. Nós mandamos, por exemplo, ajustes na Previdência dos militares. Tem que naturalizar essa discussão. Todos os países passam por isso.

O governo vai propor algo em 2026 do lado das despesas?

Sempre pode. Em praticamente todo semestre a gente propôs algo do lado da despesa. Esse ano, estamos focados em atingir o resultado fiscal que está estabelecido, que é desafiador. Estamos convictos de que vamos entregar o resultado novamente. Se for necessário, vamos fazer algum ajuste, levando às instâncias de decisão, com o presidente Lula.

Para este ano, a meta fiscal é de superávit de 0,25% do **PIB**. Serão necessárias novas medidas de receita ou corte de despesas para atingir esse objetivo?

Os ajustes no ano passado que fizemos foram relevantes, e achamos que, se o cenário não se alterar muito, eles serão suficientes para este ano. O governo vai voltar a discutir a revisão dos títulos incentivados, como letras de crédito imobiliário e do agro (LCIeLCA)?

O posicionamento do Tesouro é de ter muitas ressalvas em relação a esses títulos. Eles geram um ruído na curva de juros do financiamento da dívida e custo adicional, então fica muito mais caro apoiar o setor dessa forma. Além disso, o benefício não chega lá na ponta. É um incentivo que custa provavelmente o dobro ou triplo do que chega na ponta. Temos que continuar debatendo o assunto e não tirar da pauta.

Um risco para as contas neste ano são duas estatais:

Correios e Eletronuclear. No caso dos Correios, há chance de um aporte do Tesouro? Tem essa possibilidade. Houve o compromisso de ter aporte dos acionistas (governo federal) até o patrimônio líquido reverter para positivo. Nós nos comprometemos a fazer aportes até 2027, assim como a empresa se comprometeu a fazer diversas reestruturações. Os Correios estão dentro de um planejamento clássico de reestruturação de empresa, o que é muito positivo, tem que acompanhar para que ele dê certo.

Pode, sim, ter algum aporte em 2026 e 2027, muito provavelmente. Para este ano é mais difícil porque a gente não tinha incorporado no projeto de lei orçamentária, não tinha essa discussão antes do envio. Para ano que vem, com certeza, na preparação do Orçamento, devemos colocar ali um montante. Fizemos sinalização de até R\$ 6 bilhões.

E em relação à Eletronuclear?

Temos todos caminhos para tomar essa solução viável. O governo deve dar sinalização neste ano sobre o avanço da discussão. A grande decisão, que envolve todo o sistema, é Angra 3. Se você for terminar, tem algumas dezenas de bilhões de investimento. Se não for, vai ter que gastar algumas dezenas de bilhões para demolir. A gente está num trabalho intenso com o BNDES, buscando caminhos para uma solução razoável.

Neste ano eleitoral, qual a janela para captação externa?

Tem muito espaço para captação neste ano, o mercado está com muito apetite para o Brasil. Devemos começar com uma emissão clássica em dólar (como foi feito ontem), e depois abrir para outros tipos de emissões. Vamos fazer em eu-ro e provavelmente em yuan.

O senhor vai virar secretário executivo com as mudanças no ministério?

Eu tentei ao máximo conduzir um trabalho sério no Tesouro e estou à disposição para ajudar. Naquilo que o ministro e presidente da República entenderem que eu posso ajudar mais, eu estou à disposição. Essa pergunta é mais para eles do que para mim, mas estou disposto a continuar, quero permanecer até o final deste ciclo.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Galípolo: regras não impedem CDB maior

» PEDRO JOSÉ*

O presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, afirmou, ontem, que a oferta de Certificado de Depósito Bancário (CDB) com rentabilidade acima do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) não configura, por si só, irregularidade nem justificaria uma intervenção da autoridade monetária no Banco Master. A declaração foi feita durante evento da Associação Brasileira de Bancos (ABBC), em São Paulo.

"Muita gente comentava essa questão de captar acima do CDI. E, como se sabe, não existe nenhuma regra que proíba fazer captações a uma taxa como aquela", disse.

A liquidação extrajudicial do Banco Master foi decretada em novembro.

De acordo com o Banco Central, a medida teve como base a constatação de uma crise de liquidez, que impedia o banco de honrar compromissos financeiros dentro dos prazos estabelecidos.

Galípolo afirmou que, apesar de o Master ter baixa participação no mercado, a complexidade do caso exigiu acompanhamento detalhado.

"Tinha gente que cobrava que liquidasse o banco porque existiam CDBs sendo emitidos a uma taxa superior ao CDI. Não se trata disso", reforçou. Segundo ele, a atuação do Banco Central foi cuidadosa, em linha com a responsabilidade de preservar a estabilidade do sistema financeiro.

Os problemas do banco, disse, estavam relacionados à perda de credibilidade, restrições de liquidez e dúvidas levantadas durante o processo de fiscalização sobre a formação de novas carteiras de crédito.

Ele afirmou que o Banco Central atuou de forma coordenada com o Fundo Garantidor de Créditos (FGC) ao longo do processo.

Orçamento baixo Galípolo aproveitou a oportunidade para criticar o baixo orçamento do BC e defender a independência financeira. "Temos um aumento no número das instituições que estão sob supervisão do Banco Central e outras que não estão, em meio à redução significativa de pessoas e recursos", disse Galípolo, que, por outro lado, destacou a importância da autonomia institucional da autoridade monetária e da Polícia Federal.

Ele frisou que a apuração busca responsabilizar pessoas, preservando o funcionamento do sistema, e destacou o fato de o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva respeitar e reconhecer a importância da autonomia do Banco Central e da Polícia Federal no tratamento do caso.

"Muita gente pode dizer que a autonomia do Banco Central e da Polícia Federal é uma garantia constitucional. Mas ter essa certeza, essa tranquilidade, de que vamos poder trabalhar com essa autonomia, sem que ninguém nos pergunte o que está sendo sugerido e garantir essa proteção do Presidente da República é bastante importante", afirmou.

Gabriel Galípolo também afirmou que 2025 foi um ano de reforço da atuação da autoridade monetária na defesa da estabilidade monetária e financeira. Segundo o presidente do BC, a estabilidade segue como o eixo central da atuação da autoridade monetária e a transparência é um dos pontos que vêm sendo reforçados na condução das políticas.

Ele apontou que o BC enfrentou desafios relevantes ao longo do ano e passou a organizar sua agenda futura com foco nesses dois pilares.

Calibragem nos juros Ao tratar da política monetária, Galípolo afirmou que o atual ciclo entrou em uma fase de "calibragem".

De acordo com ele, "existe, sim, a necessidade de fazer um reconhecimento de uma melhora que ocorreu entre o período onde a gente conclui a elevação da taxa de juros e tinha aquele cenário que a gente descreveu".

Segundo ele, "o ambiente inflacionário, **inflação** corrente, a expectativa está numa situação melhor do que a gente tinha naquele momento (quando os juros foram elevados)." O presidente do BC também apontou características estruturais da economia brasileira que influenciam a transmissão da política monetária. Entre elas, citou o modelo de financiamento imobiliário e o elevado percentual da dívida pública indexada à taxa Selic e à **inflação**.

No cenário internacional, Galípolo apontou que o debate regulatório após a crise de 2008 levou ao crescimento dos intermediários financeiros não bancários (NBFIs). "O Brasil sempre chama a atenção do resto do mundo pelo fato de que, entre os

emergentes, é o segundo país com maior participação dos NBFIs no mercado. Porém, do ponto de vista sistêmico, das preocupações de crise que os outros países possuem, é diferente no Brasil, porque a maior parte dessas NBFIs tem no seu patrimônio títulos públicos", disse.

*Estagiário sob a supervisão de Edla Lula

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2026/02/10/all.pdf>

Acordo será analisado e deve ir a plenário após o Carnaval

A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul analisa hoje, a partir das 10h, o acordo de livre comércio entre o bloco sul-americano e a União Europeia, assinado em janeiro.

Os 10 senadores e os 27 deputados federais que integram o grupo devem votar o relatório do deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), atual presidente da representação - que é um órgão do Congresso Nacional.

O acordo prevê que ambos os blocos devem implementar um amplo compromisso de liberalização tarifária em setores industriais e agrícolas, eliminando ou reduzindo gradualmente tarifas de importação e exportação de diversos produtos e serviços.

Se for aprovado, o acordo tomará a forma de um projeto de decreto legislativo e será enviado para a análise da Câmara e do Senado.

Ele deverá ser votado em plenário na Câmara após o Carnaval.

Para beneficiar o Mercosul, o texto determina que a UE terá de eliminar ou reduzir tarifas de importação sobre uma série de bens, especialmente agrícolas e agroindustriais.

Algumas tarifas serão zeradas imediatamente. É o caso das carnes bovinas brasileiras de alta qualidade vendidas para a Europa (dentro da Cota Hilton, limitada em 10 mil toneladas para o Brasil).

Hoje, a tarifa europeia é de 20%.

Para beneficiar a UE, cerca de 91% dos bens europeus vendidos ao Brasil seriam beneficiados com a redução de **tributos** sul-americanos, o que seria implementado em períodos que vão de 4 a 15 anos (Da Agência Senado).

Site: https://acervo.maven.com.br/temp_site/issue-1002202606%20-%206147246665001872dd5a886d418f990c.pdf

Argentina dá um ultimato ao Mercosul com acordo com EUA (Editorial)

A Argentina deixou o Mercosul de lado ao assinar com os Estados Unidos um Acordo de Comércio e Investimento Recíproco na semana passada. O documento que consagra o entendimento é mais uma vasta lista de compromissos que o presidente Javier Milei se obriga a cumprir em contrapartida de algumas poucas concessões dos EUA. Ao ser abrangente no tratamento de várias questões comerciais e ao agir unilateralmente, Milei colocou em xeque na prática o princípio de que acordos comerciais ou a criação de preferências comerciais a terceiros países precisam ser negociados de forma conjunta no bloco. Nas entrevistas após a assinatura do documento, o chanceler argentino Pablo Quirino não escondeu que a intenção é "avançar em direção a um acordo de livre comércio" com os EUA.

A contrapartida principal do presidente Donald Trump foi cortar tarifas para 1.675 produtos argentinos, em especial para carne do país, cuja cota foi ampliada de 20 mil para 100 mil toneladas com tarifa zero. Deixou para depois a possibilidade de redução das tarifas de 50% sobre aço e alumínio.

A Argentina, por seu lado, abrirá mão de taxar 221 posições tarifárias de mercadorias provenientes dos EUA, que incluem máquinas, remédios, produtos químicos, equipamentos médicos, produtos de tecnologia da informação, automóveis, material de transportes e uma "vasta gama" de produtos agrícolas, incluindo carne bovina e frango. A tarifa para automóveis será reduzida a 2% para uma cota anual de 10 mil veículos importados americanos.

Todos os países do Mercosul têm direito a uma lista de exceções de produtos à Tarifa Externa Comum, sobre a qual aplicam o gravame que julgarem adequado. Em dezembro, o bloco ampliou as exceções em mais 50 posições tarifárias para cada país, o que elevou o direito da Argentina a cerca de 200 posições tarifárias. Não se sabe ainda se as concessões aos EUA coincidem, e em que medida, com a lista argentina antes existente, quais ampliam e em quanto o limite permitido. Há a suspeita de que novos "buracos" na TEC sejam excessivos e não se enquadrem em algumas regras para inclusão na relação, como, por exemplo, a de não ultrapassar 20% das importações totais dos produtos considerados.

O caso dos carros é emblemático da confusão que

Milei está armando com o Mercosul por sua aliança com Trump. Os automóveis emperraram durante bom tempo as negociações com a União Europeia (UE). Carros pagam a maior tarifa, de 35% e levarão mais tempo que todos os outros produtos até a desgravação total. Por 7 anos, a UE terá cota anual de 50 mil veículos pagando 17,5% de tarifa, enquanto os carros americanos pagarão só 2% para ingressar no mercado argentino. Não se sabe ainda quais outros produtos podem provocar favorecimento aos EUA em relação aos europeus.

Pelo acordo, a Argentina derrubará barreiras não-tarifárias, como as licenças prévias de importação, que infernizam os exportadores brasileiros durante anos - em tese, ainda estão sujeitos a elas. Buenos Aires aceitou que sejam válidos os padrões técnicos e de regulação estabelecidos nos EUA nos bens importados. As concessões argentinas são muito importantes em relação a duas das principais obsessões de Trump: China e TI.

Milei aceitou a jurisdição americana para disputas judiciais sobre transferência de dados, inclusive pessoais. Comprometeu-se também em não cobrar imposto de importação sobre transmissões eletrônicas (caso do streaming) ou taxar "discriminatoriamente" serviços digitais americanos (o que a Europa faz e o governo brasileiro estuda fazer sobre big techs estrangeiras).

Não está escrito, mas um alvo do acordo é Pequim. Um trecho dele, o que estabelece "alinhamento de segurança econômica", Argentina e EUA prometem aprofundar o combate a "práticas desleais de comércio de terceiros países" e a "proteger a integridade da infraestrutura de informação e comunicações". Isso remete à batalha americana para que a China não assuma a dianteira na corrida tecnológica e ao veto americano a empresas chinesas no fornecimento de bens de alta tecnologia em vários países.

Ainda sobre a China, os EUA obtiveram de Milei tratamento preferencial em toda a cadeia de exploração e distribuição de metais críticos, um objetivo de Washington para reduzir a dependência quase absoluta do fornecimento desses minerais essenciais pelos chineses. Os EUA prometem encontrar financiamento para os projetos em parcerias com empresas americanas.

A Argentina colocou o Mercosul diante de um fato consumado. A forma não é diplomática e o momento é péssimo, apenas 20 dias depois que o Mercosul ter fechado seu mais importante acordo comercial com a UE. Brasil, Uruguai e Paraguai não estão dispostos a comprar briga com Trump. O Mercosul pode tentar aparar os aspectos mais prejudiciais do acordo argentino e abrir a discussão sobre um acordo com os EUA. Mais provável, o bloco pode dar de ombros à ação argentina e ver seus membros buscarem novos entendimentos bilaterais, enfraquecendo seu poder econômico coletivo enquanto união aduaneira.

Site: <https://valor.globo.com/impresso/>

Takaichi cortará impostos sobre alimentos após vitória eleitoral

Tsubasa Suruga Nikkei Asia, de Tóquio

A primeira-ministra do Japão, Sanae Takaichi, prometeu ontem dar continuidade a um plano para enfrentar a crise do custo de vida, reduzindo a zero, por dois anos, o imposto sobre o consumo de alimentos, atualmente em 8%, após garantir uma "supermaioria" histórica na Câmara Baixa nas eleições antecipadas de domingo.

Nas primeiras declarações após o triunfo, Takaichi afirmou que seu governo entraria em contato com os partidos de oposição dispostos a cooperar para estabelecer um conselho nacional multipartidário, com o objetivo de elaborar um relatório provisório que definiria a estrutura básica do corte orçamentário.

Ela afirmou que a suspensão de dois anos seria financiada pela revisão de subsídios e medidas fiscais especiais, bem como pela captação de receitas não tributárias, descrevendo a medida como uma "ponte temporária" até a implementação planejada de um sistema de crédito tributário reembolsável, concebido para reduzir o ônus sobre os contribuintes de renda média e baixa.

A primeira mulher a liderar o Japão havia prometido buscar o corte no imposto sobre alimentos "o mais rápido possível" quando anunciou a dissolução da câmara no mês passado para as eleições. Mas Takaichi evitou ao máximo discutir a política durante a campanha, em meio a preocupações com a disciplina fiscal do governo.

"Recebi muitos comentários apontando para uma série de questões que precisam ser examinadas, incluindo o cronograma de implementação, as fontes de financiamento e o impacto nos mercados financeiros, como taxas de juros e de câmbio", disse Takaichi.

Ela acrescentou que os eleitores deram um "mandato claro" para um governo estável no domingo. Seu Partido Liberal Democrático (PLD) conquistou 316 cadeiras na eleição, um aumento em relação às 198 que possuía antes da votação, sendo esta a primeira vez no período pós-guerra que um único partido obtém uma supermaioria de dois terços na câmara de 465 cadeiras. Seu parceiro de coalizão, o Partido da Inovação do Japão, adicionou duas cadeiras, elevando seu total para 36.

A dimensão da vitória fortalece o poder de Takaichi e lhe dá os votos necessários para revisar votações na Câmara Alta em questões legislativas, facilitando a aprovação de projetos controversos.

Os investidores comemoraram a ampla maioria do PLD, com o índice de referência Nikkei fechando a sessão em alta de 3,9% e atingindo 56.363,94 pontos, atingindo um novo recorde histórico.

Espera-se que Takaichi utilize sua posição fortalecida para se concentrar em prioridades políticas que ficaram estagnadas em governos anteriores, incluindo legislação de segurança econômica e uma revisão do sistema tributário e de bem-estar social do Japão, ao mesmo tempo que lida com a pressão para abordar o crescimento da renda familiar.

Ontem, Takaichi reiterou seu compromisso com uma política fiscal proativa e afirmou que o governo intensificará o investimento doméstico. Seu gabinete tem promovido uma estratégia de crescimento centrada no que chama de "investimento para gestão de crises" - parcerias público-privadas destinadas a auxiliar setores considerados essenciais, incluindo inteligência artificial, semicondutores, construção naval e fortalecimento da segurança energética do Japão.

"O potencial de crescimento intrínseco do Japão, a verdadeira força de sua economia, permanece há muito tempo abaixo do de outros países importantes", disse Takaichi. "O problema tem sido uma enorme escassez de investimento interno."

O foco em investimentos estratégicos domésticos reflete, em parte, o aumento das tensões geopolíticas. Takaichi esfriou as relações com Pequim em novembro, após sugerir que o Japão poderia se envolver em caso de agressão chinesa contra Taiwan. A China respondeu restringindo as remessas de terras raras para o Japão e emitindo alertas de viagem para seus cidadãos.

O presidente dos EUA, Donald Trump, afirmou nas redes sociais que a "decisão ousada e sábia da premiê de convocar eleições valeu muito a pena". "Foi uma honra apoiar você e sua coalizão", disse.

Site: <https://valor.globo.com/impresso/>

Argentina abre economia, a inflação cai e o PIB sobe, mas a indústria paga caro

LUCIANA DYNIEWICZ

A economia da Argentina vive um momento de contrastes.

Enquanto o risco país e a **inflação** caem e o Produto Interno Bruto (**PIB**) sobe, grande parte da indústria fica menor. Os indicadores econômicos que divergem do desempenho industrial escancaram a realidade argentina: um país que passa por uma reforma econômica profunda implantada pelo governo de Javier Milei, mas cujos resultados são heterogêneos.

Se for analisada a atividade geral do país, o nível em que ela estava no terceiro trimestre de 2025 era igual ao do mesmo período de 2023 - Milei assumiu o cargo em 10 de dezembro de 2023. Quando são considerados os diferentes segmentos, 36 de 55 se deterioraram, segundo levantamento da consultoria Equilibra, de Buenos Aires.

Um dos exemplos do recuo da indústria é do setor calçadista do país, que encolhe em ritmo acelerado. Nos últimos dois anos - que coincidem com os dois primeiros do mandato de Milei -, ela registrou uma redução de 29,8% na produção.

O presidente da associação que reúne o setor, Horacio Moschetto, calcula que 100 fábricas fecharam nesse período (10% do que havia). "O setor enfrenta encerramento de empresas, perda de postos de trabalho e forte queda de produção", diz Moschetto.

RISCO PAÍS. A situação do segmento é oposta às notícias sobre economia que chegam de Buenos Aires. No final de janeiro, por exemplo, o risco país caiu para menos de 500 pontos pela primeira vez desde 2018. Estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI), ainda, indicam que o **PIB** argentino cresceu 4,5% no ano passado e deverá avançar mais 4% em 2026.

A **inflação** também recuou, de 117,8% em 2024 para 31,5% em 2025, atingindo o patamar mais baixo desde 2017, e o nível de pobreza diminuiu para 36,3% no terceiro trimestre do ano passado, após ter alcançado 45,6% no mesmo período de 2024.

"Precisamos de mudanças.

E a mudança dói para muitos", diz o economista Andres Borenstein, do banco BTG Pactual na Argentina. "É inevitável e, às vezes, triste. Tem empresa que fecha, tem gente que perde o trabalho, mas também não estava dando certo o que tínhamos antes." Levantamento feito pela Equilibra mostra o recuo da indústria, com o setor calçadista puxando os números negativos (queda de 29,8%), depois vêm o têxtil (-27,1%), pesca (-24,6%), vidro, cimento e cerâmica (-22,5%) e plásticos e pneus (-21,9%). Ainda de acordo com o levantamento, dos 36 setores que apresentaram queda na produção, 20 competem com importações.

Desses, 80% perderam participação para mercadorias que chegam do exterior.

IMPORTAÇÕES. Historicamente fechada ao comércio internacional, a Argentina viu as importações crescerem 24,7% no ano passado, em grande parte em decorrência da abertura comercial promovida pelo governo Milei. Em abril de 2025, o presidente argentino flexibilizou o controle de acesso ao dólar, o que permitiu maiores compras do exterior.

O libertário também tem reduzido tarifas de importação.

No mês passado, por exemplo, a taxa sobre celulares vindos do exterior foi zerada - um ano atrás, era de 16%. Antes, o presidente também havia diminuído o imposto sobre importações de roupas de 35% para 20% e o de calçados de 26% para 18%.

"Até 2023, a Argentina tinha seu mercado quase fechado para importações. Muitos setores dependiam apenas da recuperação do consumo para crescer.

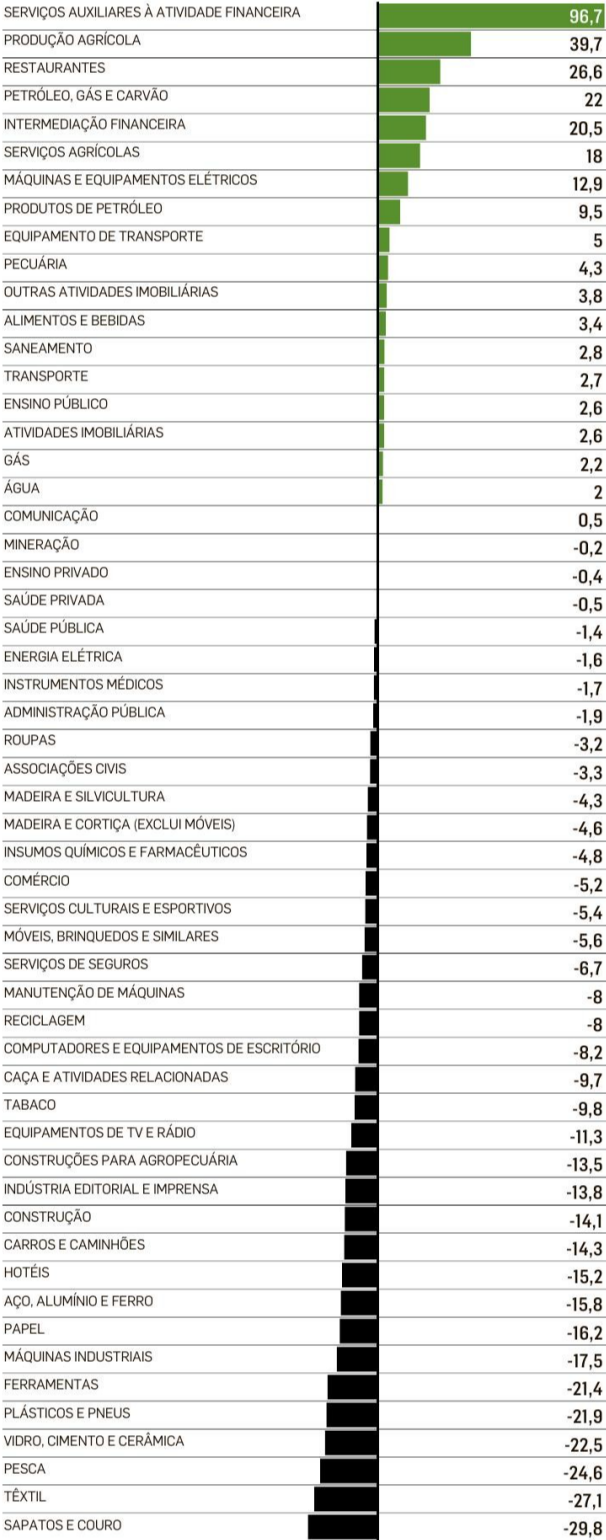
Agora, com a abertura, tem mais concorrência, além das compras internacionais nos sites chineses", diz o economista Dante Sica, sócio da consultoria Abeceb e ministro de Produção no governo de Mauricio Macri. Sica pondera, no entanto, que o acesso ao dólar tem permitido a entrada de bens de capital e de insumos mais baratos, o que favorece a produção nacional. I

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

ECONOMIA DESIGUAL

Variação na produção setorial na Argentina

ENTRE 3º TRIMESTRE DE 2023 E 3º TRIMESTRE DE 2025, EM PORCENTAGEM



FONTE: EQUILIBRA / INFOGRÁFICO: ESTADÃO